



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
Coordenadoria de Administração
Divisão de Contratações e Gestão Contratual

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Fundamento art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

1.03.000.000528/2025-88

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	3
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	4
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	5
Sustentabilidade.....	5
Subcontratação.....	6
Vistoria.....	6
5. EXECUÇÃO DO OBJETO.....	6
Condições de Execução.....	6
Local e Horário da prestação dos serviços.....	6
Materiais a serem disponibilizados.....	7
Especificação da garantia do serviço.....	7
Procedimentos de transição e finalização do contrato.....	7
6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO.....	7
Fiscalização.....	7
Fiscal Técnico.....	7
Fiscal Administrativo.....	8
Gestor.....	8
7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.....	9
Do recebimento.....	9
Liquidação.....	11
Das condições de pagamento.....	13
8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	14
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	14
Regime de Execução.....	14
Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.....	14

Qualificação Econômico-Financeira.....	14
Qualificação Técnica.....	14
9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	15
10. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....	15
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	15
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	19

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviço especializado de análise e elaboração de laudo do teste de controle de qualidade de aparelho de raio-X, localizado no Consultório Odontológico desta Procuradoria Regional da República da 3ª Região - PRR/3ª Região, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE
1	Laudo do teste de controle de qualidade - teste de constância	19070	1

- 1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.1.2. O quantitativo previsto é de 01 (um) laudo, referente ao **aparelho de raio-X intraoral da marca Xdent, modelo X-70, série 12103869**, conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD).
- 1.1.3. O objeto desta contratação encontra predominância no seguinte código de serviços do Sistema de Catalogação de Serviços do Governo Federal: **Grupo 835** (Serviços científicos e outros serviços técnicos), e no **código 19070** (Análise - radiométrica / radioquímica).
- 1.1.4. Em razão dos descritivos dos códigos constantes do sistema compras.gov.br não possuírem o mesmo nível de detalhamento do objeto desta contratação, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes neste Termo de Referência.
- 1.1.5. Deverão ser observadas todas as etapas e prazos relativos ao cronograma de execução do serviço, estabelecidos no item 5.1 deste Termo de Referência, ressalvadas as alterações devidamente justificadas e aceitas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 1.1.6. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.1.7. A formalização da contratação será realizada por meio de nota de empenho, nos termos dos incisos I do art. 95 da Lei no 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 (PGEA 1.03.000.000378/2025-88, OFÍCIO CIRCULAR 221/2025 AEGON/SG - PRR3ª-0012262/2025 - íntegra complementar 2.12), e está alinhada aos objetivos estratégicos definidos do Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal.

Justificativa da contratação:

- 2.2. A realização periódica deste teste é obrigatória para garantir a conformidade regulatória

da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo.

- 2.3. Em que pese atualmente o aparelho de raio-X desta Unidade Ministerial estar desligado nos termos da decisão da Exma. Secretária-Geral do MPF (NOTA TÉCNICA 230/2021 PGR-00298915/2021), de acordo com o apurado pela responsável técnica do consultório odontológico, a orientação da Vigilância Sanitária é que, enquanto o equipamento de raio-X estiver instalado no consultório, ainda que sem uso, é obrigatória a manutenção dos laudos de levantamento radiométrico e o de teste de controle de qualidade sempre válidos.
- 2.4. O controle de qualidade em equipamentos de radiologia odontológica, é necessário a cada 2 (dois) anos, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 611, de 9 de março de 2022, da ANVISA, sendo que o último controle ocorreu em agosto de 2024.

Enquadramento da contratação:

- 2.5. A contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, na Portaria PGR MPU Nº 148/2022 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.
- 2.6. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi dispensada (PRR3ª-00001415/2026), nos termos do inciso II do artigo 72 da Lei 14.133/2021 e do inciso I do artigo 4º da Portaria PGR/MPU nº 148/2022, combinados com o inciso II do artigo 14 da IN SEGES nº 58/2022, que prevê que a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares é facultada na hipótese do inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/21, uma vez que o presente planejamento envolve solução simples e elevado nível de conhecimento que a Administração já acumulou na aquisição rotineira do serviço objeto desta contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. O objeto da contratação compreende a contratação de empresa especializada para a elaboração de teste de controle de qualidade e respectivo laudo, para o equipamento descrito no item 1.1.2 a ser elaborado conforme normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e das Vigilâncias Sanitárias do Estado de São Paulo e Município de São Paulo.
- 3.2. A contratada deverá realizar os serviços seguindo todas as normas de segurança e boas práticas ambientais.
- 3.3. A contratada deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

Sustentabilidade

A contratação deverá contemplar os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) **Sustentabilidade Ambiental:** A contratada deverá adotar as seguintes práticas sustentáveis na prestação de serviços, no que couber:

a.1) Seguir a Portaria PGR/MPF no 290, de 9 de maio de 2023 que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal;

a.2) Considerando o Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012, seja privilegiado, quando possível, fornecedores e produtos que observem os critérios e práticas sustentáveis previstos nos incisos do artigo 4º.

a.3) Assegurar que os profissionais envolvidos estejam capacitados quanto às boas práticas ambientais aplicáveis ao serviço, incluindo o correto manejo de materiais e descarte de resíduos.

a.4) Utilizar equipamentos calibrados e metodologias reconhecidas, de modo a evitar retrabalhos, desperdícios de recursos e deslocamentos desnecessários.

b) Sustentabilidade Social:

b.1) Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social;

b.2) Não explorar trabalho infantil em atenção ao que dispõe o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal; o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e o Decreto nº 6.841/2008, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho – OIT;

b.3) Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme artigos 149, 149-A, inciso II, 203 e 207, todos do Código Penal;

b.4) Observar as normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), diante da natureza do objeto.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de entrega do serviço é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.2. O prazo de entrega de que trata o item 5.1.1 poderá ser prorrogado desde que a contratada justifique e que haja concordância por parte da PRR/3ª Região.

- 5.1.3. A contratada deve agendar a prestação do serviço com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência juntamente ao Consultório Odontológico através dos telefones (11) 2192-3342 / 2192-8700 ou *e-mails* lucianamartins@mpf.mp.br /shirleneholanda@mpf.mp.br.
- 5.1.4. Deverá ser informado o(s) nome(s) e documento de identificação do(s) empregado(s) da contratada para permitir o acesso às dependências para a execução do serviço contratado.
- 5.1.5. Os laudos devem ser assinados por responsável técnico, com perfil profissional que atenda os requisitos definidos pela Portaria CVS nº 18, de 07 de outubro de 2009 e Portaria CVS nº 1, de 5 de janeiro de 2024
- 5.1.6. A calibração dos Instrumentos utilizados na prestação dos serviços deve ser de frequência igual ou inferior a 2 (dois) anos, em laboratórios credenciados pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) ou acreditados pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial) conforme art. 15 da Portaria CVS nº 18, de 07 de outubro de 2009.

Local e Horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no endereço Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 2020 – Edifício-Sede, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP e no horário a ser combinado.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 \(Código de Defesa do Consumidor\)](#).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
 - 6.1.1. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
 - 6.1.2. A Nota de Empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, e a adjudicatária passa à condição de contratada após recebê-la.
 - 6.1.3. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, designados por meio de Portaria.
 - 6.2.1. Será designado agente público lotado no setor requisitante do objeto da contratação para a atuação da atribuição de fiscal técnico.
 - 6.2.2. Será designado agente público para atuação simultânea de fiscal administrativo e gestor, conforme previsto nos arts. 3º e 13 da Portaria PGR/MPU nº 28 de 16 de março de 2023, em razão da baixa complexidade do objeto.

Fiscal Técnico

- 6.3. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
 - 6.3.1. O fiscal técnico verificará se, no fornecimento, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido neste termo de referência.
 - 6.3.2. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico informará imediatamente o fiscal administrativo/gestor que emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para cumprimento.
 - 6.3.4. O fiscal técnico informará ao fiscal administrativo/gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências cabíveis e saneadoras, se for o caso.
 - 6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 6.3.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto contratado, mediante termo que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscal Administrativo

- 6.4. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor

6.7. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.7.1. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 6.7.1.1. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade pendente de resolução, o gestor emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para cumprimento.
- 6.7.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.7.3. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.7.4. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.7.5. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.7.6. enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.
- 6.7.7. confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo que comprove o atendimento das exigências deste Termo de Referência.
- 6.7.8. analisar os documentos apresentados para pagamento, conferindo as condições estabelecidas na contratação, e notificar, se necessário, a contratada para regularização de impropriedade constatada.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços, pelo fiscal técnico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).
- 7.1.1. O prazo da disposição prevista no item 7.9 será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o

caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.2.2. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do objeto, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor para recebimento definitivo.
- 7.4. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço ou do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
 - 7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de março de 2023, art. 16, inc. VII)
 - 7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.
 - 7.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - 7.4.4. Comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

- 7.4.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1. prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;
 - 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5. o valor a pagar;
 - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.12. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será

providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.18. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a [Lei Complementar nº 123/200](#).
- 7.19. Serão deduzidos dos créditos da contratada os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

Das condições de pagamento

- 7.20. O pagamento à contratada será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa/do recebimento definitivo** do objeto, que será atestado na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente pelo representante da contratante, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.
- 7.21. O pagamento será efetuado desde que a contratada realize a cobrança, por meio de Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente contendo dados bancários e devidamente discriminada, com detalhamento dos serviços executados, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.
- 7.22. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 7.23. Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 7.24. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na data da emissão da Ordem Bancária.
- 7.25. Quando do pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos

termos legais.

- 7.26. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 7.27. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão de se tratar de contratação de baixo valor, cujo montante se enquadra no limite legal estabelecido para dispensa de licitação, conforme atualização vigente.

Regime de Execução

- 8.2. O regime de execução do objeto será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação/Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação /Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Técnica

- 8.5. Comprovante de cadastro do estabelecimento na Vigilância Sanitária, conforme art. 1º da Portaria CVS nº 18, de 07 de outubro de 2009.
- 8.6. Comprovante de formação superior do responsável técnico do estabelecimento, legalmente habilitado, além do atendimento de um dos quesitos elencados no caput do

artigo 8º da Portaria CVS nº 18, de 07 de outubro de 2009.

- 8.7. Declaração de disponibilidade de equipamentos calibrados em consonância com o artigo 30º e parágrafo único da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 330, de 20 de dezembro de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Ministério da Saúde.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com a quantidade, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.2. Os valores estimados para a aquisição são os seguintes:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Laudo do teste de controle de qualidade - teste de constância	1	R\$ 845,00	R\$ 845,00

- 9.3. O **valor total estimado** para a contratação é de **R\$845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais)**.

10. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 10.1. As partes se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para a contratante, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial injustificada do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 11.2.1.1. As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do [art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), não configuram a sanção de advertência;
 - 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e, “h” do item 11.1, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 11.2.4. **Multa**:
 - 11.2.4.1. Multa Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:
 - a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento);
 - b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, no percentual 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, ou de 1% (um por cento) do valor do contrato quando a cláusula for de obrigação acessória imprescindível para plena execução do objeto, até o décimo quinto dia de mora.
 - 11.2.4.2. Multa Sancionatória, decorrente das infrações previstas no [art. 155 da Lei 14.133/2021](#), que serão graduadas conforme critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;
 - a) O limite mínimo da multa sancionatória é de 0,5% (cinco décimos por cento) e o máximo é de 30% (trinta por cento), cuja base de cálculo consiste no valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, para os contratados;
 - b) Após o **décimo quinto dia de mora** de qualquer obrigação contratual, quando haverá a inexecução do contrato, que poderá configurar as infrações das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 11.1 e para as quais serão aplicadas as seguintes multas sancionatórias, com os referidos percentuais incidentes sobre o valor total do contrato:

- multa de 10 a 15% no caso da alínea "a" do item 11.1;
- multa de 20 a 30% no caso da alínea "b" do item 11.1;
- multa de 20 a 30% no caso da alínea "c" do item 11.1;
- multa de 10 a 15% no caso da alínea "d" do item 11.1

- 11.3. A dosimetria do prazo das sanções previstas nos incisos III e IV do [art. 156 da Lei 14.133/2021](#) será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;
- 11.4. Para as infrações previstas no [art. 155, II e III, da Lei nº 14.133, de 2021](#) será permitido sanção superior à fixada para o caso de simples inexecução parcial.
- 11.5. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.
- 11.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante. ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.
- 11.8. No caso do item anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.
- 11.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.11. Caso não ocorra o pagamento pela multa aplicada, a mesma poderá ser descontada dos valores dados em garantia, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente. ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.15. Determinada a abertura de processo pela autoridade competente, o acusado deverá ser notificado, por meio de ofício, para apresentação de defesa preliminar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos moldes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.
- 11.15.1. As notificações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente eletrônicas, por

meio do e-mail informado pela contratada, quando do ingresso no certame ou na contratação.

- 11.15.2. Não havendo resposta em até 2 (dois) dias úteis, ou na impossibilidade de confirmação da ciência do e-mail, a notificação deverá ser encaminhada pelos Correios com aviso de recebimento (AR).
- 11.16. São critérios para a dosimetria da penalidade os elencados no [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e os estabelecidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159) e em regulamento do MPU.
- 11.18. Quando a mesma conduta resultar em infração à [Lei nº 12.846/2013](#) e à Lei nº 14.133/2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do [art. 30, II, da Lei nº 12.846/2013](#), de acordo com o disposto no art. 9º da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.
- 11.19. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.20. A contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.22. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes de documentos de formalização que a contratada possua com o mesmo

órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.](#)

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

12.1.1. Gestão/Unidade: 200204

12.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000

12.1.3. Programa de Trabalho: 172236

12.1.4. Elemento de Despesa: 339039-20

12.1.5. Plano Interno: MBASIC

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Há anexos no pedido: Não

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

(assinado digitalmente)

Luciana Maria Martins Miranda
Analista do MPU/Odontologia

(assinado digitalmente)

Shirlene Holanda de Haan
Técnica do MPU/Saúde Bucal

(assinado digitalmente)

Alexandre Daminello
Técnico do MPU/Administração